

FATORES DETERMINANTES DA EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NAS COMPANHIAS BRASILEIRAS DE UTILIDADE PÚBLICA

DETERMINANTS FACTORS OF INTANGIBLE ASSETS DISCLOSURE IN BRAZILIAN COMPANIES OF PUBLIC UTILITY

Sady Mazzioni

Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
e-mail: sady@unochapeco.edu.br

Edinara Aparecida Schneider

Bacharel em Ciências Contábeis (UNOCAHAPECÓ)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCAHAPECÓ)
e-mail: edischneider@unochapeco.edu.br

Daniela Di Domenico

Mestre em Ciências Contábeis (FURB)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
e-mail: didomenico@unochapeco.edu.br

Silvana Dalmutt Kruger

Doutoranda em Contabilidade (UFSC)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
e-mail: silvanak@unochapeco.edu.br

Omeri Dedonato

Mestre em Ciências Contábeis (FURB)
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
e-mail: omeri@unochapeco.edu.br

Resumo:

O objetivo do estudo consiste em analisar os fatores determinantes do nível de evidenciação de informações relativas aos ativos intangíveis em companhias brasileiras de capital aberto pertencentes ao setor de utilidade pública. A justificativa do estudo está atrelada à importância que os ativos intangíveis representam às operações cotidianas das empresas. A amostra intencional foi composta por 59 empresas do setor de utilidade pública, sendo analisadas as demonstrações contábeis do ano de 2014. Para atingir o objetivo do estudo, foi construído um índice de evidenciação dos ativos intangíveis, a partir de um *checklist* com doze critérios diretamente relacionados com as exigências do CPC 04. A partir da formação do índice de evidenciação foram utilizadas as variáveis nível de governança corporativa, tamanho da empresa, tamanho do intangível e crescimento de vendas, no intuito de identificar os fatores que são determinantes na evidenciação de ativos intangíveis pelas empresas que compõem a amostra. Para verificar a influência das variáveis explicativas sobre a variável dependente, utilizou-se a regressão linear múltipla. Os resultados do estudo indicaram que as variáveis relacionadas ao nível de governança corporativa e tamanho das empresas são determinantes

Resumo do processo editorial:

- Submissão em: 11/07/2016.
- Envio para avaliação em: 23/08/2016.
- Término da avaliação em: 24/08/2016.
- Correções solicitadas em: 24/08/2016.
- Recebimento da versão ajustada em: 14/09/2016.
- Aprovação final em: 31/10/2016.

para a maior evidenciação das informações dos ativos intangíveis. Conclui-se que a evidenciação de ativos intangíveis nas empresas de utilidade pública listadas na BM&FBovespa está em fase de adequação e necessita ser ampliada para atender as exigências da normativa vigente.

Palavras-chave: Ativos intangíveis. Evidenciação. CPC 04.

Abstract:

The objective of the study is to analyze the determinants of the level of disclosure of information relating to intangible assets in Brazilian publicly-held companies belonging to the public utility sector. The justification of the study is related to the importance that intangible assets represent the daily operations of the companies. The sample was composed of 59 companies in the utilities sector, and analyzed the 2014 year financial statements. To achieve the objective of the study a disclosure index of intangible assets was built from a checklist with twelve criteria directly related to the requirements of CPC 04. From the formation of disclosure index, were used the variables level of corporate governance, size of company, the intangible size and sales growth in order to identify the factors that are determinant in the disclosure of intangible assets by companies in the sample. To check the influence of the explanatory variables on the dependent variable, we used multiple linear regression. The study results indicated that the variables related to the level of corporate governance and company size are key to greater disclosure of information of intangibles. We conclude that the disclosure of intangible assets in utility companies listed on BM&FBovespa's adaptation phase and needs to be expanded to meet the requirements of current legislation.

Keywords: Intangible assets. Disclosure. CPC 04.

1 Introdução

A importância dos ativos intangíveis para as empresas torna-se cada vez mais notória, representada pela representatividade das marcas e patentes, direitos contratuais, capital intelectual, programas de *software*, *goodwill*, dentre outros. Os intangíveis são representados por bens imateriais que agregam imensos valores à empresa e podem ser o seu diferencial em relação às demais.

Os ativos intangíveis são recursos essenciais à geração de valor nas organizações, pois geram diferenciações entre empresas de um mesmo ramo e que possuem os mesmos recursos financeiros; esses ativos promovem consequente disparidade dos lucros e dos valores econômicos das organizações (COLAUTO *et al*, 2009).

Por meio de estratégias de investimento nos ativos intangíveis, empresas podem alterar significativamente seu valor de mercado, com base em diversos motivos: setor de atividade, ciclo de vida do produto e da empresa, missão das empresas, entre outros. Por exemplo: empresas de bens de consumo podem influenciar o seu valor econômico devido a sua marca, já uma empresa do ramo farmacêutico é influenciada pelos ativos intangíveis relacionados a pesquisa e desenvolvimento (KAYO *et al*, 2006b).

A partir do crescimento no nível de investimento das empresas em ativos intangíveis, a contabilidade precisou adaptar-se para avaliar e registrar de forma adequada esses ativos e assim atender um de seus principais objetivos: prestar informações precisas e de qualidade para seus usuários.

Com a adesão da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade, ocorreu a regulamentação da contabilização dos ativos intangíveis com a emissão do CPC 04 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2010b), com base na IAS 38, que apresenta formas de reconhecimento, avaliação e mensuração desses ativos. Essas alterações contribuem para a melhoria da evidenciação de informações e possibilitam melhor entendimento dos usuários quanto aos investimentos das organizações em ativos intangíveis e o desempenho futuro que estes podem gerar (MOURA; FANK; VARELA, 2012).

Contudo, mesmo com normativas que auxiliam a classificação dos intangíveis pelas empresas, os critérios utilizados para reconhecimento, mensuração e classificação variam de empresa para empresa de acordo com alguns fatores, a exemplo do ramo de atividade principal (LIMA; RIGO; PASQUAL, 2012).

A partir dessas considerações, esta investigação propõe responder ao seguinte problema de pesquisa: quais os fatores determinantes do nível de evidenciação das informações relativas aos ativos intangíveis nas companhias brasileiras de capital aberto do setor de utilidade pública? O objetivo da pesquisa é analisar os fatores determinantes do nível de evidenciação das informações relativas aos ativos intangíveis nas companhias brasileiras de capital aberto do setor de utilidade pública.

A pesquisa justifica-se devido à amplitude do tema e ao crescimento de investimentos das empresas em ativos intangíveis. Conhecer a conformidade das empresas na evidenciação de seus ativos intangíveis ajuda a dar mais credibilidade às suas demonstrações contábeis e aumenta a transparência de suas operações, ampliando, em consequência, a confiabilidade do investidor. Milani, De Miranda e Rafael (2014) consideram que é indispensável verificar o tratamento dos ativos intangíveis pelas empresas, considerando a representatividade que esses ativos têm no seu patrimônio.

O segmento de utilidade pública foi escolhido em função de ser apontado em pesquisas prévias como um dos que mais atende as normativas de evidenciação de ativos intangíveis, com destaque para os contratos de concessão. Kloepfel, Klann e Zittei (2013) consideram que analisar se as empresas que apresentam tais contratos de concessão estão reconhecendo-os e evidenciando-os adequadamente em seu ativo intangível é importante no sentido de aumentar a transparência e a confiabilidade do investidor no mercado em que operam tais organizações.

O artigo está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a revisão da literatura, que aborda os ativos intangíveis, os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação, além de estudos correlatos. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa. Na quarta seção, demonstra-se a análise dos resultados. Na quinta seção, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2 Revisão da Literatura

A revisão da literatura apresenta os conceitos que sustentam o assunto pesquisado e serve de base para a análise dos dados coletados. A subseção de ativos intangíveis apresenta o contexto da conceituação desses ativos e sua importância para as empresas; a subseção de critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contempla como esses três itens devem ser tratados à luz das normas contábeis; finalmente, a subseção de estudos correlatos apresenta resultados já obtidos em investigações de natureza similar.

2.1 Ativos Intangíveis

O termo “ativo” pode denotar um conjunto de bens e direitos de uma entidade, porém, sob uma visão econômica e financeira mais ampla, um ativo pode ser considerado todo e

qualquer elemento com ou sem natureza física que seja controlado pela empresa e que proporcione a possibilidade de obtenção de fluxos de caixa futuros (PEREZ; FAMA, 2006). A partir desse argumento de Perez e Fama (2006), amplia-se o conceito de “ativo” para além de um conjunto de bens e direitos, dando-se ênfase ao resultado propriamente dito que se espera desses ativos para a empresa.

Kloeppe, Klann e Zittei (2013) indicam que os ativos intangíveis são bens que não podem ser tocados, relacionados a marca, imagem, posição comercial das empresas, e podem ser mais valiosos que os bens tangíveis; passaram, inclusive, a ter grande relevância a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos.

O art. 179 da Lei n. 6.404/76, no inciso VI, determina que sejam considerados intangíveis “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido” (BRASIL, 1976). No CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b, p. 7), encontra-se a seguinte definição de “ativo intangível”: “um ativo não monetário identificável sem substância física, ou então o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)”.

Um ativo satisfaz os critérios de identificação como ativo intangível, nos termos do CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b, p. 7) quando:

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis empregados nas atividades da entidade devem proporcionar benefícios econômicos futuros para a organização que os controla, seja pelo aumento da receita, seja pela redução dos custos e despesas (MARTINS *et al*, 2013).

Moura, Fank e Varela (2012) argumentam que a administração dos ativos intangíveis pode ser compreendida como o processo de identificar, desenvolver e atualizar a experiência que a empresa obteve com o passar dos anos, a tecnologia organizacional e o conhecimento estrategicamente relevante que as empresas possuem em seu ramo de atividade. Stefano *et al* (2014) descrevem que as empresas precisam administrar os fatores intangíveis, incluindo a aprendizagem organizacional, os processos internos e as estruturas externas, para que possam crescer e se tornar sustentáveis.

Os ativos intangíveis podem ser classificados como identificáveis (marcas, patentes, *softwares* e franquias) ou não identificáveis, com destaque para o *goodwill* ou fundo de comércio (MENESES; PONTE; MAPURUNGA, 2013). Na área de utilidade pública, destacam-se os contratos de concessão como os ativos intangíveis mais evidenciados pelas empresas atuantes nessa área. Os contratos de concessão se enquadram como direito contratual, “o direito concedido a terceiros para o uso comercial de produtos e serviços ou exploração de recursos naturais ou públicos” (KLOEPPEL; KLANN; ZITTEI, 2013).

Os contratos de concessão, além dos critérios especificados no CPC 04, também contam com algumas normas específicas determinadas pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). As interpretações técnicas (ICPCs) servem como fundamento para a contabilização das situações previstas nos respectivos CPCs. A ICPC 01 (R1), em específico, ajuda a regular os contratos de concessão e os critérios de definição de preços e tarifas, e o equilíbrio econômico financeiro previsto nos editais de concessão.

2.2 Critérios de Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

Antes da divulgação da Lei 11.638/07, que trata da harmonização contábil e novas regras para divulgação das demonstrações financeiras, não havia normas específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos intangíveis no Brasil; tais ativos ficavam distribuídos nos grupos de imobilizado, investimento ou diferido. Por meio da publicação do CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b) ocorreu a formalização das diretrizes a serem cumpridas para o correto registro e divulgação dos ativos intangíveis (MARQUES; SANTOS; GOUVEIA, 2011).

Conforme disciplina o item 21 do CPC 04, um ativo intangível será reconhecido se “for provável que os benefícios econômicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b). Nesse sentido, cabe relatar que “mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado” (MARTINS *et al*, 2013, p. 52).

O CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b) determina que um ativo intangível deve ser mensurado pelo custo de aquisição mais os gastos necessários para que o ativo fique nas condições de uso pretendido pela empresa, caso seja adquirido separadamente. Já se o ativo for adquirido em uma combinação de negócios, a mensuração deve ser feita pelo valor justo na data de aquisição.

Ao se tratar de evidenciação, Colauto *et al* (2009) destacam que devem ser evidenciados nas demonstrações contábeis todos os eventos que possam vir a afetar ou que afetem a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa; essa evidenciação deve ser justa, adequada e plena, permitindo uma clara compreensão de todos os fatos contábeis que influenciem nas decisões.

Mazzioni, Di Domenico e Bedin (2014) destacam que, devido ao grande crescimento dos intangíveis na formação patrimonial das organizações, a evidenciação contábil dos ativos intangíveis é imprescindível para permitir a compreensão das atividades organizacionais, do seu potencial de desempenho econômico e financeiro.

A evidenciação pode ser considerada um mecanismo de transparência da empresa: os usuários podem, por meio dela, analisar a situação da empresa e certificar-se de que age de acordo com a legislação, diminuindo os riscos de irregularidades e fraudes (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012).

Quanto à evidenciação dos ativos intangíveis, Moura, Fank e Varela (2012) relatam que possibilita aos investidores analisar a situação da empresa, podendo constituir-se em diferencial nas suas decisões, por isso, é relevante a correta demonstração do valor desses bens nas demonstrações contábeis.

De acordo com o CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b), a empresa deve avaliar e definir se a vida útil de um ativo é definida ou indefinida. Como vida útil definida, compreende-se o período que um ativo estará disponível para a empresa, ou seja, o período que esse bem gera benefícios. No caso de vida útil definida, o bem deve ser amortizado durante esse período, de forma sistemática, iniciando-se a amortização assim que o bem estiver disponível para uso na forma pretendida pela empresa. Os métodos empregados e o período de amortização devem ser revistos, no mínimo, ao final de cada exercício.

Um ativo intangível, de acordo com o CPC 04 pode ser classificado com vida útil indefinida quando não se verifica um limite previsível ou período estimado corretamente em que esse ativo gerará fluxos de caixa positivos para a empresa (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b). Adicionalmente, o CPC 01 regula que os ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados e têm de ser

submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010a).

Essas informações em relação aos ativos intangíveis devem constar no balanço patrimonial, nas notas explicativas e em relatórios da administração, relacionando os métodos de avaliação, mensuração e amortização usados no registro desses ativos, além de outras informações que a entidade julgar relevantes.

2.3 Estudos Correlatos

Em razão da relevância do tema, tem sido constante a divulgação de estudos buscando aprofundar o entendimento da participação dos ativos intangíveis e analisar a forma como estão sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis, nos diversos segmentos econômicos.

Kayo *et al* (2006a) identificaram os possíveis determinantes econômicos e financeiros da intangibilidade das empresas brasileiras, analisando a relação entre essas variáveis. Foram analisadas empresas do setor industrial e comercial listadas na base de dados Economática. Os resultados apontaram que as variáveis de endividamento e tamanho são de grande importância na diferenciação entre empresas intangível-intensas e tangível-intensas. O endividamento apresentou relação negativa, e o tamanho, relação positiva, ou seja, empresas maiores e com menores dívidas mostraram maior probabilidade de serem intangível-intensas.

Marques, Santos e Gouveia (2011) analisaram a evidenciação do ativo intangível nas demonstrações divulgadas pelas companhias abertas brasileiras, verificando o nível de aderência às normas contábeis vigentes no Brasil. A amostra considerou as empresas ganhadoras do 13º Troféu Transparência de 2009, que abrange diversas atividades econômicas. Os resultados apontaram que a maioria das demonstrações contábeis estava de acordo com as normas de divulgação vigentes e que, na maioria das companhias, foi encontrado o *goodwill* como classe de ativo intangível de vida útil indefinida, para o qual está sendo aplicado o teste de recuperabilidade a fim de identificar possíveis perdas no seu valor.

Moura, Fank e Varela (2012) verificaram quais os itens mais representativos dos ativos intangíveis evidenciados nas demonstrações contábeis das empresas de energia elétrica participantes de algum nível de governança da BM&FBovespa no período de 2006 a 2008. A partir da técnica de análise temática, os resultados apontaram para aumento da evidenciação dos intangíveis pelas empresas componentes da amostra no decorrer dos anos analisados, sendo que os contratos de concessões e os sistemas de informações foram os itens divulgados pelo maior número de empresas.

Meneses, Ponte e Mapurunga (2013) verificaram se há associação entre a divulgação de informações acerca dos ativos intangíveis e as características das companhias listadas na BM&FBovespa, analisando as notas explicativas das demonstrações contábeis de 125 empresas de diversas atividades econômicas. Os resultados indicaram que existe associação positiva entre lucro e o *disclosure* de ativos intangíveis, sendo que os elementos mais frequentemente divulgados pelas companhias são as classes dos ativos intangíveis, o valor contábil e o valor amortizado, os métodos e as vidas úteis utilizadas.

Kloppel, Klann e Zittei (2013) verificaram a relação entre as informações divulgadas sobre o ativo intangível de empresas do setor de utilidade pública e as variáveis organizacionais de tamanho, rentabilidade e intangível. A amostra compreendeu 146 observações de empresas listadas na BM&FBovespa, com informações referentes aos anos de 2010 e 2011. Os resultados apresentaram um nível médio inferior de 68% de evidenciação; as empresas com maiores valores de ativo total e ativo intangível apresentam melhores níveis de evidenciação; e a variável rentabilidade não mostrou correlação significativa com os níveis de evidenciação.

Milani, De Miranda e Rafael (2014) buscaram verificar como as empresas evidenciavam os ativos intangíveis antes da criação do CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b) e se houve mudanças significativas após a normativa; também analisaram se haveria diferença na evidenciação com base no nível de governança corporativa. A população da pesquisa foi composta por 66 companhias de energia elétrica listadas na BM&FBovespa entre 2006 e 2012. Os resultados indicaram que o nível de evidenciação melhorou após a divulgação do CPC 04, aumentando a transparência das demonstrações. O nível de governança corporativa influencia o nível de evidenciação, variando conforme o segmento econômico em que a empresa atua.

Lopes *et al* (2014) verificaram o nível de aderência nos quatro primeiros anos de adoção do CPC 04 pelas empresas de capital aberto que possuíam ativos intangíveis registrados em seus balanços patrimoniais; foram analisadas as demonstrações contábeis de 28 companhias listadas na BM&FBovespa. Os resultados apontaram que a aderência das companhias analisadas ao CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b) aumentou; concluiu-se também que o índice de conformidade das informações divulgadas foi de aproximadamente 61,94%.

O estudo de Mazzioni, Di Domenico e Bedin (2014) analisou o nível de evidenciação das informações exigidas pelo CPC 04 em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa de diversos setores no ano de 2011. Os resultados indicaram que nenhuma das empresas componentes da amostra atingiu 100% de conformidade na evidenciação dos ativos intangíveis: o maior índice encontrado foi 95%; o menor, 0%; e apenas a variável rentabilidade apresentou relação estatisticamente significativa com o nível de evidenciação.

Verifica-se com os estudos apresentados que, após a divulgação do CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b), houve maior preocupação e aumento na divulgação de informações referentes aos ativos intangíveis, e diversos são os fatores que influenciam o nível de evidenciação desses ativos.

3 Metodologia

A pesquisa, quanto aos objetivos, pode ser classificada como descritiva. Para Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem por objetivo descrever as características de determinada população, ou estabelecer relação entre as variáveis, apresentando como uma de suas características mais importantes a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados. Esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva pois busca analisar como as informações relacionadas aos ativos intangíveis estão sendo divulgadas pelas empresas componentes da amostra, e se estão de acordo com as exigências do CPC 04.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, o estudo é do tipo documental. Raupp e Beuren (2012) argumentam que as pesquisas documentais buscam selecionar, tratar e interpretar a informação bruta. Na maioria dos casos, este tipo de investigação lida com materiais que ainda não foram analisados detalhadamente – organizando informações dispersas, buscando resultados que podem contribuir com estudos futuros.

Referente à abordagem da pesquisa, caracteriza-se como quantitativa. Richardson (1999) destaca que a pesquisa quantitativa tem como característica principal o emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

A população da pesquisa é do tipo intencional e contempla as empresas de capital aberto listadas na Bolsa de Valores BM&FBovespa. A amostra intencional, não probabilística, foi composta pelas 73 empresas do setor de utilidade pública, divididas nos segmentos de água e saneamento, gás e energia elétrica. A partir da população selecionada, identificou-se que 14 empresas não apresentaram os dados necessários para análise de suas

demonstrações contábeis, resultando uma amostra final de 59 empresas analisadas. Os resultados da investigação têm validade restrita ao contexto da amostra investigada; dado o caráter não probabilístico da escolha das empresas, o processo de generalização dos resultados fica prejudicado.

A Tabela 1 apresenta a população e a amostra da pesquisa.

Tabela 1 – População e amostra por segmento

Segmento	População	% da população	Amostra	% da amostra
Água e saneamento	7	9,59	6	10,17
Gás	2	2,74	2	3,39
Energia elétrica	64	87,67	51	86,44
Total	73	100	59	100

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Com base na Tabela 1, verifica-se que o segmento de energia elétrica possui maior predominância no setor de utilidade pública da BM&FBovespa, apresentando 64 empresas ou 87,67% da população no ano de 2014. Já o setor de gás é o segmento com menor representatividade, apresentando apenas duas empresas.

Para atingir o objetivo do estudo, foi construído um índice de evidenciação dos ativos intangíveis. O índice foi gerado a partir de informações coletadas nas notas explicativas e nas demonstrações contábeis padronizadas referentes ao ano de 2014 divulgadas no site da BM&FBovespa. Para composição do índice de evidenciação, utilizou-se um *checklist* com doze critérios de evidenciação dos ativos intangíveis diretamente relacionados com as exigências do CPC 04 (R1), conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Checklist das informações a serem divulgadas conforme CPC 04 (R1)

Código	Descrição
1	Divulgou informações das classes de ativos intangíveis?
2	Houve distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis?
3	Divulgou total de gastos com pesquisa e desenvolvimento, de ativos gerados internamente, reconhecidos como despesas no período?
4	Divulgou conciliação do valor contábil no início e no final do período?
5	Divulgou os motivos que fundamentam a avaliação e os fatores que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida?
6	Divulgou prazos de vida útil ou taxas de amortização utilizadas?
7	Divulgou métodos de amortização utilizados?
8	Divulgou a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
9	Divulgou informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão de perda, quando aplicável?
10	Divulgou informações dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?
11	Divulgou informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas?
12	Divulgou a descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação?

Fonte: Milani, De Miranda e Rafael (2014); Mazzioni, Di Domenico e Bedin (2014).

Para cada questão que compõe o índice, foi atribuída nota 0 ou 1: 0 (zero) em caso de não divulgação pela empresa da informação requerida, e 1 (um) em caso de divulgação da informação em suas demonstrações contábeis ou nota explicativa.

A partir da formação do índice de evidenciação, buscou-se relacioná-lo com algumas variáveis independentes, no intuito de identificar características que possam explicar os

fatores que são determinantes na evidenciação de ativos intangíveis pelas empresas que compõem a amostra. As variáveis explicativas estão destacadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Variáveis e formas de operacionalização

Variáveis testadas	Proxy	Fonte
Nível de governança corporativa (NGC)	Variável dummy, sendo 1 para empresas com NGC e 0 para as demais	BM&FBovespa
Tamanho (Ln_TAM)	Logaritmo natural do ativo total	Economática
Tamanho do intangível (GI)	$\frac{\text{Ativo Intangível}}{\text{Ativo Total}}$	Economática
Crescimento das vendas (CV)	$\frac{\text{Vendas 2014} - \text{Vendas 2013}}{\text{Vendas 2013}} \times 100$	Economática

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Para a variável nível de governança, foram coletadas as informações na classificação setorial das empresas no site da BM&FBovespa, sendo atribuído 1 para empresas que possuem nível diferenciado de governança corporativa e 0 para as demais. Para a variável tamanho, utilizou-se o logaritmo natural do total do ativo da empresa no ano de 2014, coletado na base Economática. Para obter a variável tamanho do intangível, foi necessário dividir o valor do ativo intangível pelo valor do ativo fixo da empresa. E, para a variável crescimento das vendas, considerou-se o resultado da divisão do valor das vendas de 2014 pelas vendas de 2013, conforme dados coletados na Economática[®].

Para verificar a influência das variáveis explicativas sobre a variável dependente, utilizou-se a regressão linear múltipla, a partir da seguinte equação:

$$NEAI = \beta_0 + \beta_1NGC + \beta_2CV + \beta_3LnTAM + \beta_4GI + \varepsilon \quad (1)$$

Sendo:

NEAI = nível de evidenciação do ativo intangível;

NGC = nível de governança corporativa;

CV = crescimento das vendas;

Ln_TAM = logaritmo natural do ativo total;

GI = tamanho do intangível.

Na análise, foram considerados os pressupostos aplicados à regressão, incluindo a multicolinearidade, a autocorrelação de resíduos, a distribuição normal dos resíduos e a homocedasticidade, de modo que os resultados sejam mais confiáveis.

A inexistência de multicolinearidade dos dados foi verificada por meio dos testes Tolerance (Tolerância) e VIF (Fator de Inflação da Variância), e fornecida automaticamente pelo *software* SPSS[®]. Gujarati (2006) e Hair *et al* (2009) observam que, se os valores dos testes estão próximos da unidade, há indicativo de não detecção de multicolinearidade, utilizando os parâmetros seguintes: (i) Teste VIF = (a) até 1 – sem multicolinearidade; (b) de 1 até 10 – com multicolinearidade aceitável; (c) acima de 10 – com multicolinearidade problemática; (ii) Teste Tolerance = (a) até 1 – sem multicolinearidade; (b) de 1 até 0,10 – com multicolinearidade aceitável; (c) abaixo de 0,10 – com multicolinearidade problemática.

O teste de Durbin-Watson (DW), ou estatística *d* de Durbin-Watson, também fornecido automaticamente pelo SPSS[®], verifica a ausência de autocorrelação serial dos resíduos. O atendimento do pressuposto ocorre quando os valores da estatística DW se posicionam próximos a 2 (GUJARATI, 2006).

A avaliação do pressuposto da distribuição normal dos resíduos foi executada por meio do teste Kolmogorov-Smirnov Z, considerando os resíduos padronizados da regressão.

A normalidade da distribuição se verifica quando a significância do teste é maior que α , normalmente definida como 5% ou 1% (CUNHA; COELHO, 2012).

Para examinar a existência da homocedasticidade no comportamento dos resíduos, que indica se os dados são homogêneos em sua distribuição, utilizou-se o teste de Pesarán-Pesarán. A realização do teste implica regressar o quadrado dos resíduos padronizados (Zre_2) como função do quadrado dos resíduos estimados padronizados (Zpr_2). Para atendimento do pressuposto, o valor da significância deverá ser superior a 0,05 no referido teste ANOVA (CUNHA; COELHO, 2012).

4 Análise dos Resultados

Os resultados expostos resultam da análise do nível de conformidade na evidenciação das informações exigidas pelo CPC 04 e das relações entre a variável dependente e as variáveis explicativas. A Tabela 2 apresenta o percentual do nível de evidenciação das informações relacionadas ao ativo intangível, criado com base no *checklist* de acordo com o CPC 04 (R1), de cada empresa analisada, em ordem decrescente.

Tabela 2 – Nível de evidenciação das informações dos ativos intangíveis (%)

Empresa	%	Empresa	%
Alupar Investimento S.A.	83%	Light Serviços de Eletricidade S.A.	67%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – CPFL Energias Renováveis S.A.	83%	Statkraft Energias Renováveis S.A.	67%
Duke Energy Int. Ger. Paranapanema S.A.	83%	Cia Águas do Brasil – CAB Ambiental	58%
EDP – Energias do Brasil S.A.	83%	Cia Saneamento do Paraná – Sanepar	58%
Investco S.A.	83%	Cia Brasileira de Energia	58%
Cemig Distribuição S.A.	75%	Cia Energética de Pernambuco – Celpe	58%
Cemig Geração e Transmissão S.A.	75%	Cia Estadual de Distr. Energ. Elét. – CEEE-	58%
Centrais Elétricas do Para S.A. – Celpa	75%	Elektro – Eletricidade e Serviços S.A.	58%
Cia Eletricidade Estado da Bahia – Coelba	75%	Equatorial Energia S.A.	58%
Cia Energética de Minas Gerais – Cemig	75%	Espírito Santo Centrais Eletr. S.A. – Escelsa	58%
Cia Energética do Maranhão – Cemar	75%	Uptick Participações S.A.	58%
Cia Paranaense de Energia – Copel	75%	Cia Gás de São Paulo – Comgás	50%
Eletropaulo Metrop. Eletr. São Paulo S.A.	75%	Cia Paulista de Força e Luz	50%
Energisa Mato G. do Sul – Distr. Energia Energisa S.A.	75%	AES Elpa S.A.	50%
Light S.A.	75%	Ampla Energia e Serviços S.A.	50%
Neoenergia S.A.	75%	Baesa – Energética Barra Grande S.A.	50%
Rio Grande Energia S.A.	75%	CPFL Geração de Energia S.A.	50%
Cia Saneamento Básico Estado São Paulo	67%	Tractebel Energia S.A.	50%
Cia Saneamento Minas Gerais – Copasa MG	67%	Transmissora Aliança Energia Elétrica S.A.	50%
Cia Distr. De Gás do Rio de Janeiro – CEG	67%	Sanesalto Saneamento S.A.	42%
Bandeirante Energia S.A.	67%	AES Sul Distr. Gaúcha de Energia S.A.	42%
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	67%	AES Tiete S.A.	42%
Cia Energética de Brasília	67%	Afluenta Geração de Energia Elétrica S.A.	42%
Cia Energética do Rio Grande Norte –	67%	Cia Energética do Ceara – Coelce	42%
Cia Piratininga de Força e Luz	67%	Cia Estadual Ger. Trans. Energia Elétrica	42%
CPFL Energia S.A.	67%	CITEEP – Cia Trans. Energia Elétrica	42%
Energisa Mato Grosso Distr. de Energia S.A.	67%	Cia Catarinense de Águas e Saneamento	25%
Eneva S.A.	67%	Eletrobrás Participações S.A. – Eletropar	0%
		Emae – Empresa Metrop. Águas Energia	0%

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 2, nota-se que, entre as 59 empresas analisadas, nenhuma auferiu 100% de conformidade com as informações requeridas. Este resultado está em linha, neste

questo, com os achados de Mazzioni, Di Domenico, Bedin (2014) e Avelino, Pinheiro, Lamounier (2012), os quais verificaram que nenhuma das empresas analisadas em seus estudos evidenciou todos os requisitos investigados. Entre as 59 empresas analisadas aqui, seis apresentaram índice de evidência de 83% (maior percentual): Alupar Investimento S.A., Centrais Elétricas Brasileiras S.A., CPFL Energias Renováveis S.A., Duke Energy International Geração Paranapanema S.A., EDP – Energias do Brasil S.A. e Investco S.A.

Percebe-se, também, que o menor índice de evidência de informações relativas aos ativos intangíveis foi apresentado pelas empresas Eletrobrás Participações S.A. e Empresa Metropolitana Águas e Energia S.A., as quais não cumpriram com nenhuma das obrigações exigidas pelo CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b), embora tenham divulgado valores na rubrica intangível em seu balanço patrimonial.

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva do nível de evidência do ativo intangível.

Tabela 3 – Estatística descritiva do nível de evidência do ativo intangível

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
NEAI	59	0,0000	0,8333	0,5988	0,1941

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 3, nota-se que a média do nível de evidência do ativo intangível pelas empresas componentes da amostra foi de 59,88%. Analisando o desvio padrão, percebe-se que há uma dispersão de 32% em relação à média do nível de evidência, o que representa uma dispersão relativamente elevada.

Destaca-se que, entre os 12 critérios observados, o mais atendido foi o da conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrado por 57 empresas componentes da amostra. Em seguida, podem-se destacar os métodos de amortização utilizados, os motivos que fundamentaram a avaliação e os fatores que levaram à definição de vida útil definida ou indefinida, evidenciados por 55 das empresas da amostra. Como critérios menos evidenciados, destacam-se (a) a descrição de ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda estejam em operação, e (b) informações sobre gastos com pesquisa e desenvolvimento, de ativos gerados internamente, reconhecidos como despesas no período.

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 4 apresenta a análise por estatística descritiva das variáveis explicativas utilizadas para a determinação do nível de evidência do ativo intangível.

Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis independentes

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
CV	59	-1,000	1,9000	0,199831	0,3147714
GI	59	0,0001	0,8805	0,275012	0,2286220
TAM	59	47.192	144.631.697	10.747.253	19.508.985

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa

Os resultados apresentados na Tabela 4 indicam que existe considerável oscilação nas variáveis analisadas. O crescimento de vendas (CV) variou de -1,000 a 1,9000, o que representa que empresas diminuíram suas vendas em até 100% enquanto outras apresentaram crescimento de até 90%. Na variável tamanho do intangível (GI), também foi verificada grande variação – de 0,0001 a 0,8805 –, o que demonstra que o ativo intangível representa 0% do ativo total de algumas empresas enquanto, em outras, chega a representar 88% do seu ativo, com média de 28%. Quanto ao tamanho do ativo, também existe grande variação,

verificada pelo desvio padrão apresentado para esta variável.

4.2 Correlação de Pearson

Confirmada a normalidade dos dados por meio do teste Kolmogorov-Smirnov (K-S), foi usado o teste de correlação de Pearson a fim de verificar a existência de correlação entre CV, TAM e GI. Os dados foram analisados utilizando-se o *software* estatístico *Statistical Package for Social Science* (SPSS).

Na Tabela 5, são apresentadas as correlações de Pearson entre as três variáveis explicativas quantitativas consideradas nesta investigação.

Tabela 5 – Correlação de Pearson

	CV	TAM	GI
CV	1		
TAM	0,347**	1	
GI	0,040	-0,169	1

**Correlação significativa ao nível de 1%.

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 5, verifica-se que as correlações apresentadas entre as variáveis analisadas são consideradas moderadas ou baixas, e apenas as variáveis tamanho (TAM) e crescimento de vendas (CV) apresentam correlação significativa, ao nível de 1%.

4.3 Influência das Variáveis Explicativas na Qualidade das Informações Contábeis

A Tabela 6 evidencia os resultados da regressão linear múltipla para testar a influência das variáveis explicativas NGC, CV, Ln_TAM e GI em explicar o nível de evidenciação de informações relativas ao CPC 04 (R1).

Tabela 6 – Influência das variáveis explicativas na qualidade das informações contábeis

Variável dependente: nível de evidenciação do ativo intangível		
Variáveis explicativas	Coefficiente B	Estatística t
Constante	-0,035	-0,113
NGC	0,091	1,717*
CV	0,456	0,892
Ln_TAM	0,043	2,317**
GI	0,018	0,733
Estatística F	3,992***	
R ² ajustado	0,171	
Tolerance	1 até 0,10	
VIF	1 até 10	
DW	2,066	
K-S (sig.)	0,639	
Pesarán-Pesarán (significância)	0,396	
N	59	

Significativo ao nível de 10%*; 5%**; 1%***.

Fonte: elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

O modelo utilizado na Tabela 6 produziu um R² ajustado de 17,10% e apresentou relação positiva e significativa com a variável dependente ao nível de 1% (estatística F). O R² ajustado representa o poder explicativo das variáveis independentes analisadas em relação à variável dependente (HAIR *et al*, 2009). Desta forma, nota-se que o nível de governança corporativa, o tamanho, o tamanho do intangível e o crescimento de vendas explicam 17,10% do nível de evidenciação encontrado, sendo o restante explicado por outras variáveis que não constam no estudo.

Em relação à variável nível de governança (NGC), os resultados indicaram relação positiva e estatisticamente significativa com a variável dependente ao nível de 10%, indicando que empresas que participam de algum nível de governança apresentam uma melhor evidência da informação contábil, conforme o esperado. Empresas que participam de níveis diferenciados de governança corporativa tendem a apresentar melhor nível de evidência que as demais devido às características estabelecidas em cada nível como critério para as empresas inseridas. Este resultado encontra reciprocidade com o estudo de Milani, De Miranda e Rafael (2014).

Em relação à variável tamanho (Ln_TAM), os resultados indicaram relação positiva e estatisticamente significativa com a variável dependente ao nível de 1%, indicando que empresas maiores apresentam melhor evidência da informação contábil, alinhadamente com os achados de Kloeppe, Klann e Zittei (2013), os quais também identificaram que empresas maiores apresentam melhor nível de evidência. O resultado está de acordo com o esperado, pois acredita-se que empresas maiores possuam sistemas de controles internos mais precisos, que permitem um maior detalhamento da informação e melhor nível de evidência.

Kayo *et al* (2006a) também concluíram, em seu estudo, que a variável tamanho tem influência na formação de empresas intangível-intensas, ou seja, há uma relação positiva entre o tamanho e a intangibilidade das empresas, sendo que empresas maiores possuem melhor evidência das informações de seus ativos intangíveis.

Quanto às variáveis crescimento de vendas e tamanho do intangível (GI), embora o coeficiente encontrado seja positivo, não apresentaram relação estatisticamente significativa com a variável dependente, indicando que esses fatores não são determinantes para explicar o nível de evidência da informação contábil. O resultado é diferente do esperado: a expectativa era de que empresas com maiores proporções de ativos intangíveis sobre o ativo total apresentassem maior conformidade na evidência, já que esses ativos representam uma parte significativa do ativo da empresa.

5 Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo principal analisar os fatores determinantes do nível de evidência das informações relativas aos ativos intangíveis nas companhias brasileiras de capital aberto do setor de utilidade pública listadas na BM&FBovespa no ano de 2014. A partir de doze critérios de evidência do CPC 04 (R1), criou-se um índice de evidência, o qual foi relacionado com as variáveis explicativas de nível de governança corporativa, tamanho, tamanho do intangível e crescimento de vendas.

Constatou-se que, dentre as 59 empresas componentes da amostra, nenhuma auferiu 100% de conformidade com as informações requeridas. O maior índice de evidência foi de 83%, encontrado em apenas seis empresas, o que demonstra que as empresas do setor de utilidade pública ainda estão em fase de adaptação às exigências do CPC 04. Dentre as empresas analisadas, duas não cumpriram com nenhuma das obrigações exigidas pelo CPC 04 (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010b) analisadas neste estudo. Por fim, vale observar que o nível médio de evidência foi de 59%, reforçando a conclusão de que a aderência às normas de evidência das informações relativas aos ativos intangíveis ainda é baixa.

Verificou-se que o poder explicativo das variáveis independentes analisadas (nível de governança corporativa, tamanho, tamanho do intangível e crescimento de vendas) em relação ao nível de evidência dos ativos intangíveis chega a 17,10% do nível de evidência encontrado, sendo o restante explicado por outras variáveis que não foram abordadas no estudo.

Respondendo ao problema de pesquisa proposto, verificou-se que, dentre as variáveis explicativas analisadas, apenas o tamanho da empresa, representado pelo seu ativo total, e a participação em algum nível diferenciado de governança corporativa da BM&FBovespa são determinantes na evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas avaliadas. Já as variáveis crescimento de vendas e tamanho do intangível não apresentaram relação significativa com o nível de evidenciação.

De forma geral, conclui-se que a evidenciação de ativos intangíveis nas empresas de utilidade pública listadas BM&FBovespa ainda precisa ser ampliada para atender as exigências do CPC 04.

Para pesquisas futuras, sugere-se expandir a amostra da pesquisa abrangendo outros segmentos, como também expandir o número de variáveis explicativas, para buscar outros fatores que possam ser determinantes na evidenciação dos ativos intangíveis; pode-se, ainda, abordar outros tópicos do CPC 04 na elaboração do *checklist*.

Referências

AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.

BRASIL. Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm> Acesso em: 22 out. 2014.

COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 143-169, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01**. Redução ao valor Recuperável de Ativos. Brasília, 2010a. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-mitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>> Acesso em: 22 out. 2014.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1)**. Ativo Intangível. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>> Acesso em: 22 out. 2014.

CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. Regressão linear múltipla. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. D. (Orgs.). **Análise multivariada**: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. São Paulo: Atlas, 2012. p. 131-231.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
HAIR, F. J.; BLACK, W. C.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; BASSO, L. F. C.; KRAUTER, E. Os fatores determinantes da intangibilidade. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 112-130, 2006a.

_____; _____; MARTIN, D. M. L.; NAKAMURA, W. T. Ativos Intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. **Revista Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 73-90, 2006b.

KLOEPPPEL, N.; KLANN, R. C.; ZITTEI, M. V. M. Ativos intangíveis: reconhecimento em empresas de utilidade pública listadas na BM&FBovespa. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v. 4, n. 7, p. 98-115, 2013.

LIMA, A.; RIGO, V. P.; PASQUAL, D. L. A evidenciação dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: uma análise nas dez maiores empresas listadas na BM&FBovespa. **Unoesc & Ciência – ACSA**, Joaçaba, v. 3, n. 2, p. 221-232, 2012.

LOPES, L. C.; ALVES, N. M.; SILVA FILHO, L. L.; MONTEIRO, J. A. M.; LAGIOIA, U. C. T.; CORDEIRO, P. C. Evidenciação das informações dos ativos intangíveis: um estudo sobre o nível de aderência das companhias brasileiras do setor de bens industriais listadas na bolsa de valores do Brasil ao CPC 04. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2014.

MARTINS, E.; GELBECKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARQUES, J. A. V. C.; SANTOS, R. F.; GOUVEIA, V. A. L. Análise da evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 52, p. 45-54, 2011.

MAZZIONI, S.; DI DOMENICO, D.; BEDIN, H. N. Evidenciação de informações dos ativos intangíveis em empresas brasileiras de capital aberto. **GEINTEC – Gestão, Inovação e Tecnologias**, São Cristóvão, v. 4, n. 5, p. 1501-1520, 2014.

MENESES, A. F.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Determinantes do nível de disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 142-153, 2013.

MILANI, B. L.; DE MIRANDA, D. R.; RAFAEL, A. B. L. Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica: uma análise comparativa com empresas listadas na BM&FBovespa entre 2006 e 2012. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 5., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2012.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 76-97.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STEFANO, N. M.; CASAROTTO FILHO, N.; FREITAS, M. C. D.; MARTINEZ, M. A. T. Gestão de Ativos Intangíveis: implicações e relações da gestão do conhecimento e Capital Intelectual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 22-37, 2014.